

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; CIANCON, Regina de Barros. (Organizadoras). **Ética da informação**: Perspectivas e desafios. Niterói: PPGCI/UFF, 2017. 260p. E-book.

Para o prefaciador, os textos “suscitam reflexões pertinentes à governança das democracias sociotécnicas contemporâneas”, ressaltando, em seu conjunto, o desafio presente na sociedade contemporânea, que

[...] consiste em conferir aos espaços institucionais de regulação de ética da pesquisa um significado outro às normas: o de proteção às pesquisas, aos pesquisadores e sujeitos da pesquisa. [...] Cabe salientar que os atores, em seus diferentes quadros de interação, emprestam sentidos distintos à norma. (MOTA, 2017, p.9)

A coletânea traz para o domínio da Ciência da Informação textos que remetem a “universos diversos da democracia sociotécnica contemporânea”, discutindo temáticas relevantes “nas quais se imbricam ciência, política, religião, ética, democracia e o fazer comum a partir dos artefatos simbólicos que informam o modo como coordenamos nossas ações e inspirações com e no mundo” (MOTA, 2017, p.10). Nesse sentido, corroboramos o autor quando destaca a publicação como iniciativa relevante e pertinente da Universidade Federal Fluminense, “no esforço de difusão do conhecimento de qualidade produzido pela academia, fortalecendo os instrumentos democráticos de governança da ciência” (MOTA, 2017, p.11). Os capítulos foram organizados a partir de dois eixos:

- a) o entendimento dos movimentos de caráter mundial que buscam uma ética pública, e institucional, de integridade da pesquisa e do modo de atuação das comissões e comitês de ética na pesquisa, a institucionalização dos seus contextos normativos e a construção de novas estruturas de governança diante da evolução da ciência e da tecnologia que fornecem invisibilidade às condições de produção da informação e às regras e valores não algorítmicos que promovem sua criação;
- b) a identificação do papel das instituições, ações e recursos informacionais e documentários, nos processos avaliativos e de validação, que problematizam e influenciam as práticas de pesquisa no Brasil, tais como: a produção e manutenção de bases de dados; a seleção, guarda e tratamento dos documentos arquivísticos; a formação, preservação e disponibilização das coleções museológicas. (CIANCONI, 2017, p.13)

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação das Universidades Federais da Bahia e da Paraíba, Brasil.

Os textos foram produzidos no âmbito das discussões e trocas de informação e conhecimento no Grupo de Pesquisa Infoética – Estudos de Epistemologia, Ética e Política de Informação (CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. O Grupo Infoética, formado por docentes/pesquisadores, docentes e pesquisadores em formação na pós-graduação, atua desde 2014 “visando à consolidação de algumas discussões [...] e à participação na construção de conhecimento científico a partir de pesquisa e reflexão sobre as diferentes nuances da ética da informação” (CIANCONI, 2017, p.13). A coletânea resulta dessa interação, e seus autores e abordagens são delineados a seguir.

A pesquisadora Maria Nélide González de Gómez, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e líder do Grupo Infoética, abre a coletânea com o texto *Reflexões sobre Ética da Informação: panorama contemporâneo*, onde apresenta “perspectivas bastante abrangentes e enriquecedoras, com considerações significativas para uma visão ampla das imbricações da temática, e de utilidade também para iniciar a leitura da coletânea” (CIANCONI, 2017, p.14). A abordagem da autora discute questões normativas, de ética da pesquisa e demais temáticas que motivaram a organização da coletânea, discutindo construtos e abordagens de pesquisadores relevantes para a área.

Nesse sentido, a autora argumenta que se para Habermas (2010b, p.469) “os direitos humanos exibem um rosto de Jano, voltado simultaneamente para a moralidade e para a lei”, na sociedade contemporânea a “redistribuição de papéis e competências do público e do privado teria um efeito dissociativo sobre as duas faces de Jano dos direitos humanos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017, p.43). Nesse contexto, a moral “ancorada no princípio da dignidade humana” não se vincularia mais à legalidade e à política, como “supostamente garantido pelas reivindicações da cidadania e pelos compromissos constitucionais do poder administrativo, sancionados pelo Estado”. O que convida a novas questões:

- a) a ética da informação representa um dos esforços pela retomada utópica do princípio da dignidade humana, “no cerne das dinâmicas infocomunicacionais” contemporâneas?
- b) a ética da informação emerge de “fratura virtual provocada por um esgotamento das energias da política, [...] colocadas em jogo para recompor as relações entre a democracia e [o] mercado”? (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017, p.44)

No capítulo 2, o texto do filósofo e pesquisador Rafael Capurro, professor na Universidade de Stuttgart, com o título *A liberdade na era digital*, aborda a distinção entre ética e moral, compartilhando “uma reflexão crítica sobre as normas e valores vigentes nas sociedades da informação e conhecimento” e questionando “o sentido das liberdades e das responsabilidades mútuas na era digital” (CIANCONI, 2017, p.14). O texto foi escrito originalmente como conferência, proferida em março de 2014 por ocasião da inauguração do Instituto de Informação da *Facultad de Información y Comunicación* da Universidade da República Oriental do Uruguai.

Capurro aborda a concepção de ética da informação, sua teoria e problemas éticos na sociedade contemporânea, destacando as bibliotecas e o impacto da tecnologia móvel, bem como “os limites da liberdade na atualidade, quando predominam a vigilância e a violação ao direito de privacidade” (CIANCONI, 2017, p.14). O autor introduz em sua abordagem estudo recente da UNESCO que, por sua vez, resgata pesquisa de Robin Mansell, professora de *New Media and the*

*Internet na London School of Economics*, e Gaëtan Tremblay, professor da *Écoles des Médias na Université du Québec* (2005), sobre o processo mundial de produção, apropriação e uso das tecnologias digitais de informação e comunicação.

A mudança do termo “sociedades da informação” para “sociedades do conhecimento” na UNESCO não foi algo meramente formal, mas uma tomada de consciência de um complexo processo que vai além do desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica a que se referia inicialmente o termo “sociedade da informação”. [...] O plural é um sinal da liberdade humana. (CAPURRO, 2017, p.47-48)

Para Capurro (2017, p.49), o estudo das sociedades da informação e conhecimento apresenta uma natureza “ eminentemente ética”, entendida como uma “reflexão crítica sobre as normas e valores vigentes nessas sociedades”. Trata-se de uma “problematização de [...] normas e valores implícitos em códigos legais ou morais [pois] a reflexão ética não substitui nem determina a consciência moral” (CAPURRO, 2017, p.50). Nesse contexto, os profissionais da informação e comunicação parecem ter uma função social que seria, por um lado, “elaborar sistemas e instrumentos de ordenamento, armazenamento e recuperação dos conhecimentos em diversos substratos mediáticos”, e, por outro, criar “códigos arquitetônicos que materializam de diversas formas os códigos sociais, econômicos e morais vigentes nas sociedades com diversos dispositivos de inclusão e exclusão”.

O autor indaga, então: “O que está em jogo eticamente nisso tudo?” Para ele, o que está em jogo somos nós mesmos, pois, quando nos perguntamos “quem somos?”, ou “em quais regras do jogo social nos baseamos?”, ou, ainda, “quem é este ‘nós’ que muda ou não no novo regime espaço-temporal aberto por um simples aparelho eletrônico”, estamos indagando “pelo sentido [...] das liberdades, e das responsabilidades mútuas na era digital” (CAPURRO, 2017, p.58).

No capítulo seguinte, *Internacionalização da ciência: panorama das discussões em torno da ética e integridade da pesquisa*, Elizabeth Maria Freire de Jesus, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e integrante do Grupo Infoética, aborda a questão representada pela internacionalização da ciência contemporânea e a consequente necessidade de lidar com diferentes critérios éticos para a condução de pesquisas. A autora aborda a ciência a partir de sua característica transnacional, tal como enunciado em relatório da *The Royal Society*, em 2011. Essa perspectiva reconhece que muitas questões contemporâneas de pesquisa, por sua relevância, abrangência e alcance na sociedade, exigem não somente o envolvimento de pesquisadores, organizações e nações na execução de políticas científicas, mas, especialmente, o diálogo entre as áreas científicas.

Existem inúmeras situações práticas da atividade científica em que se tem pouca ou nenhuma dúvida sobre conduta responsável em pesquisa. Por outro lado, há uma vasta gama de questões que não são necessariamente percebidas, tratadas e valorizadas da mesma maneira, particularmente no contexto das colaborações transfronteiriças. (JESUS, 2017, p.70)

Entre outros aspectos, discorre sobre as dificuldades decorrentes do fato de que regulamentos e práticas de pesquisa variam de país para país e entre organizações profissionais, “não existindo uma definição comum para má conduta científica, conflitos de interesse, plágio ou outros termos-chave que descrevem práticas de pesquisa aceitáveis e inaceitáveis”, como informa Cianconi (2017, p.15). Por isso mesmo, o tema vem sendo objeto de intensos debates, “em níveis

global, regional e institucional”, e as principais iniciativas são mencionadas no texto. O Brasil está presente nesta discussão, por sua expressiva participação nas redes mundiais de pesquisa. O I BRISPE, *Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics*, realizado em 2010, representa a primeira iniciativa nacional voltada para discussões de questões gerais relacionadas com a ética e integridade na pesquisa. Nas edições seguintes, em 2012, 2014 e 2016, a agenda de discussão foi ampliada, com o objetivo de “fortalecer o papel que o Brasil tem desempenhado nos cenários local e também mundial” (BRISPE, 2016 citado por JESUS, 2017, p.77). A autora finaliza recomendando não somente a continuidade das discussões sobre o tema pelos pesquisadores, como, também, o comprometimento de todos os atores sociais envolvidos, destacando a atuação das instituições de ensino de graduação no processo de promoção contínua de uma cultura científica que favoreça a integridade e a ética na pesquisa.

No quarto capítulo, os professores Marcos Schneider, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal Fluminense; Gustavo Saldanha, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; e Artur Coelho Bezerra, pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, discutem, no texto *Por uma ética intercultural da ciência*, como os estudiosos das ações e recursos de informação podem contribuir para problematizar as relações entre conhecimento, informação e ética.

Apoiados em Capurro e Bourdieu, os autores analisam (i) problemáticas inerentes a uma ética intercultural que requer dos praticantes das diversas ciências o empenho em conhecer a fundo a própria Ética, entendida como campo de reflexão que requer erudição; (ii) condicionantes sociais de seus próprios campos científicos, o que envolve a crítica da economia política dos periódicos e dos esquemas mais ou menos tácitos de atribuição de prestígio e recursos; (iii) problemas semelhantes nos campos científicos vizinhos e naqueles mais distantes, o que inclui a mínima noção de suas polêmicas internas em torno de seus parâmetros específicos de cientificidade (CIANCONI, 2017, p.15).

O objetivo [do] texto é explorar a hipótese de que a ética intercultural da informação, conceito elaborado por Rafael Capurro (2008a), pode contribuir para um diálogo crítico entre a Ciência da Informação, pensada como complexo partícipe de uma teoria do conhecimento e, de um modo específico, os campos científicos distantes ou fronteiriços, tendo em vista, no cenário empírico, o aprimoramento na elaboração dos protocolos que avaliam a ética da pesquisa científica. (SCHNEIDER; SALDANHA; BEZERRA, 2017, p.82)

A proposta se desenvolve em dois planos distintos, que representam o espaço da reflexão que compartilham no texto, a saber: o primeiro, de cunho epistemológico “propriamente dito, abordando o problema da ética intercultural da informação”; o segundo, “de fundo social e aplicado”, abordando “a moral da ciência como experimento ético inserido em uma cosmologia econômico-política ampla, em meio à qual cada campo científico é dependente e responsável” (SCHNEIDER *et al.*, 2017, p.83).

Nesse sentido, ao longo do texto os autores discutem o enfoque ético-linguístico da ética intercultural da informação de Capurro como intercessão entre uma filosofia da informação e uma

epistemologia da Ciência da Informação, conceituando e problematizando a noção de *culturas das ciências* desenvolvida pelos autores com base nas noções de *campo* e *habitus* de Bourdieu. Ao final, abordam as relações entre ética, culturas das ciências e pesquisa científica, discutindo a existência de uma teoria logológica, “sendo *logos* a condição racional-discursiva da possibilidade de reflexão sobre a cidade (ou seja, do homem, da política, da ética)”, que se relaciona com a ética intercultural da informação de Capurro (SCHNEIDER *et al.*, 2017, p.86). Essa ética demandaria dos pesquisadores o empenho em conhecer a fundo a ética, aliado ao desejo de praticar um diálogo crítico com outros pesquisadores dos diversos e diversificados campos científicos.

Segue-se o quinto capítulo, *Bases de dados e indicadores na produção científica: articulando informação, conhecimento e ética*, da pesquisadora Lídia Silva de Freitas, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação de Universidade Federal Fluminense, que problematiza os usos das bases de dados de citações em processos avaliativos de pesquisas, pesquisadores e instituições. A autora informa que a questão “como os estudiosos sobre ações e recursos de informação podemos contribuir para problematizar as relações entre conhecimento, informação e ética?” norteou a escolha da temática e do título. Nesse contexto, discute os aspectos éticos dos processos de produção e disseminação do conhecimento suscitados pela crescente utilização desses recursos. O texto traz uma abordagem crítica em relação às políticas científicas e educacionais vigentes, questionando se promovem resultados que atendem efetivamente às necessidades da sociedade.

No sexto capítulo, Mariana Barros Meirelles, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e integrante do Grupo de Pesquisa Infoética, compartilha o texto *Interseções entre a ética da pesquisa e a prática documentária*, uma reflexão sobre a interseção entre a ética e as práticas documentárias por meio dos mecanismos de avaliação e autorização de pesquisas com seres humanos que se baseiam em documentos. Conforme Cianconi (2017, p.16), o texto propõe uma reflexão para reconstituir o arranjo de elementos informativos que documentam a prática de pesquisa, de forma escrita ou não, de modo a conhecer as associações entre elementos que produzem indexicalidades.

No capítulo seguinte, *Os arquivos públicos e privados e a construção de testemunhos*, Márcia Teixeira Cavalcanti, professora da universidade Santa Úrsula e Faculdades Integradas Maria Thereza, aborda a importância da contribuição de arquivos públicos e privados para a investigação realizada pela Comissão Nacional da Verdade, esclarecendo como esta Comissão atuou para garantir o direito à verdade no período de 1946-1988, embora documentos classificados como confidenciais ainda sejam mantidos fora do alcance de pesquisadores e da sociedade.

No capítulo 8, *Arquivos da ditadura militar brasileira: ética, informações e verdade contra a opacidade de um regime informacional autoritário*, Ricardo Medeiros Pimenta, pesquisador e professor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, “discute como os arquivos públicos e privados e os documentos que os compõem constroem testemunhos e evidências” (CIANCONI, 2017, p.16), mediante uma análise crítica da Lei de Acesso à Informação e da Comissão Nacional da Verdade. O texto mostra o conflito dos diálogos entre arquivos públicos e privados, apontando a necessidade de esclarecer lacunas e dar continuidade à busca da verdade que pode se esconder em documentos do Estado que legitimaram discursos em relação à ditadura.

No capítulo seguinte, a professora Sabrina Damasceno Silva, Chefe do Colegiado de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, compartilha, no texto *Coleções de*

*História Natural como repositórios da biodiversidade: novas perspectivas acerca da pesquisa e produção do conhecimento científico em museus de história natural*, sua reflexão sobre “a interseção entre a ética e as práticas documentárias, por meio dos mecanismos de avaliação e autorização de pesquisas com seres humanos que se baseiam em documentos” (CIANCONI, 2017, p.17). A autora traz a discussão para os estudos da informação, tomando como objeto o princípio bioético do Consentimento Informado e seu registro em Termos de Consentimento Livre e Esclarecido o qual, para a autora, só se torna informativo à medida que estabelece relações indexicais com outros registros de pesquisa que lhe confirmam significado. (CIANCONI, 2017, p.17)

No último capítulo da coletânea, *Museus de ciência: aspectos éticos e legais na formação de coleções biológicas*, Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro, pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda “os aspectos éticos envolvidos na formação e desenvolvimento de coleções em museus a partir de uma perspectiva diacrônica e sincrônica”, particularmente as tipologias específicas de instituições, sobretudo os museus de história natural, “detentores de coleções de espécimes biológicos vivos ou mortos, preservados por diferentes meios, no todo ou em parte, para estudo, exposição ou educação” (CIANCONI, 2017, p.17). É nesse sentido que a autora destaca, ao final do seu texto:

Grandes coleções foram constituídas em um vazio de normas e políticas que se impõem hoje, não como obstáculos a serem superados, mas como garantidoras de procedimentos fundamentados e balizados em padrões e princípios éticos. (LOUREIRO, 2017, p.208)

A autora observa que instituições como museus de História Natural que conjugam em um mesmo local o espaço onde os cientistas desenvolvem suas pesquisas e geram conhecimento, também se observa o processo de preservação. Nesse contexto, o acervo e a exposição não podem ser excluídos da formulação de questões reunindo informação, poder e política, uma vez que as práticas de divulgação científica se relacionam com a apropriação social da informação, do conhecimento e da cultura.

Os múltiplos olhares sobre a temática *ética da informação* se traduzem em contribuições relevantes para o arcabouço teórico do campo da Ciência da Informação, no que diz respeito ao compromisso ético dos cientistas nas suas pesquisas, a transparência das políticas públicas de apoio às atividades científicas, e ao compartilhamento dos resultados na comunidade acadêmica e na sociedade em geral. Mas, especialmente, nos informa sobre a emergência, na sociedade contemporânea, de princípios para uma prática ética fundada no respeito à vida e à dignidade humana, no campo científico.